

Projeto é aprovado por 403 constituintes

Sant'Anna queria votação de destaque em separado (DVS), mas Ulysses não autorizou

BRASÍLIA — Por 403 votos, contra 13 e 55 abstenções, a Constituinte aprovou ontem o projeto de Constituição resultante do primeiro turno de votações. Foram ressalvados os 1.744 destaques, que começam a ser apreciados hoje. Eram 17h30 quando o presidente Ulysses Guimarães, depois de anunciar o resultado, respondeu ao entusiasmo do plenário: "Graças a Deus e aos constituintes, aprovamos. Viva a Constituição".

O processo de votação em segundo turno foi iniciado às 18h50, após sucessivas questões de ordem. A principal delas, do líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, reivindicava a possibilidade do destaque para votação em separado (DVS). Ulysses não aceitou o argumento de que deveria ser seguido o mesmo esquema usado no primeiro turno, afirmando que isso levaria a uma terceira etapa de votações, não prevista na emenda que convocou a Constituinte. Alegou ainda que um DVS feito por 187 parlamentares não pode invalidar um projeto aprovado por 280 constituintes.

O líder do PFL, José Lourenço, primeiro a encaminhar a votação, recomendou a abstenção. Votar "não", segundo ele, seria "muito perigoso". Lourenço ressaltou que os favoráveis ao projeto serão responsáveis pela inviabilização do País. "Serão estes que quebrarão o Brasil", acrescentou. Em seguida, acusou o PMDB de, ao aprovar o projeto, criar mais de sete milhões de novos aposentados com fins eleitorais.

Os demais líderes partidários

recomendaram a aprovação do projeto, embora alguns tenham discordado dele, pedindo negociação ampla a partir de hoje.

SEM SOLUÇÃO

Os líderes do PCB, Roberto Freire, e do PC do B, Haroldo Lima, concordaram que o texto não é o mais perfeito, mas contém avanços significativos. "Pode até ser considerado progressista", disse Freire. Já o líder do PDS, Amiral Neto, que discorda do projeto, da Constituinte e até de sua convocação, apresentou o seguinte argumento: "Vamos votar sim, porque se votar não, não tem solução".

O PT foi o único partido a encaminhar declaração de voto à presidência da Constituinte. Da tribuna, o líder Luiz Inácio Lula da Silva disse que a posição original dos petistas era votar contra o projeto. Mas, diante "das circunstâncias, da ameaça de tumulto aos trabalhos da Constituinte pelas forças reacionárias", a bancada decidiu pelo sim.

Também a favor da aprovação, o líder do PMDB, Nelson Jobim, lembrou que o segundo turno dará chance a negociações dos pontos polêmicos. Já o relator Bernardo Cabral ressaltou o aval de Ulysses Guimarães ao projeto como fator mais importante para a negociação do segundo turno e as possíveis alterações que poderão ocorrer a partir de hoje.

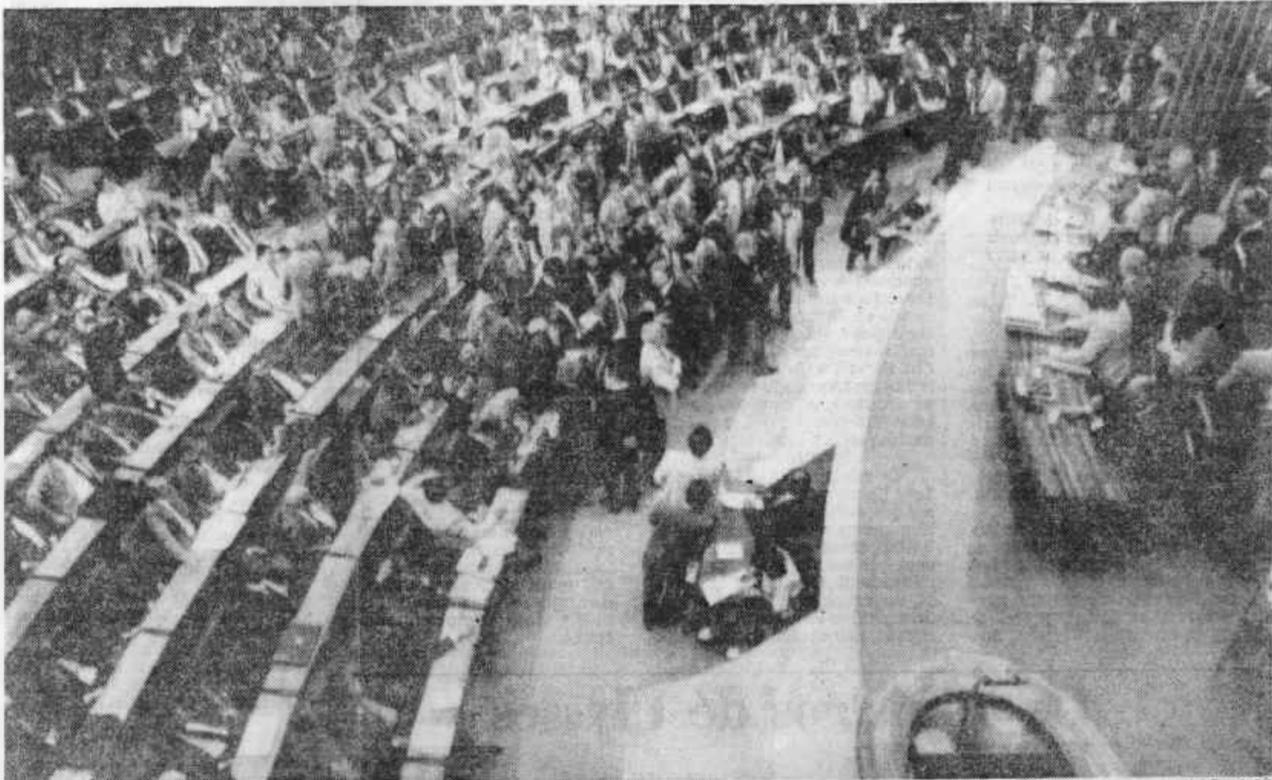
Assim que Ulysses terminou seu discurso, o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), com o apoio de Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) reivindicou que o projeto fosse votado título por título, como ocorreu no primeiro turno, a partir de uma iniciativa do Centrão. O presidente da Constituinte, com a ajuda do líder peemedebista Nelson Jobim, foi enfático ao negar o pedido: "Vamos cumprir o regimento", disse Ulysses.

Os líderes do governo votam a favor do texto

BRASÍLIA — Nem mesmo os líderes do governo, Carlos Sant'Anna e Saldanha Derzi, parecem ter concordado com o pronunciamento do presidente Sarney: preferiram ontem se abster a votar contra o texto do projeto de Constituição. Os 55 votos de abstenção foram dados por integrantes do Centrão, que demonstraram com isso, segundo um dos líderes do grupo, deputado José Lins (PFL-CE), que não concordam apenas com algumas partes do texto: "Queríamos votar título por título porque, agora, o baixo quórum que se registrará daqui para a frente vai impossibilitar qualquer modificação sem acordo prévio", disse o parlamentar cearense. Para outro líder do Centrão, deputa-

do Basílio Vilani (PMDB-PR), o número de presentes na sessão de ontem (471) prova que no segundo turno não haverá mais 400 constituintes, nas votações comuns. "O bloco de parlamentares que sempre apoiou o governo não terá força para mudanças", afirmou ele.

Apenas 13 parlamentares demonstraram aceitar os argumentos do pronunciamento do presidente Sarney. Deles, três sofrem influência direta do ministro Antônio Carlos Magalhães — o irmão Angelo Magalhães, o filho Luís Eduardo e a esposa do secretário-geral do Ministério das Comunicações, Rita Furtado. Com eles votaram os senadores Roberto Campos e Irapuan Jr.



Os 471 no plenário: ressalvados os 1.744 destaques, a Constituinte aprova o projeto em menos de 40 minutos

Ninguém confirma Votação de emendas conta da Previdência deve começar hoje

BRASÍLIA — Um rombo avaliado em cerca de Cz\$ 550 bilhões até o final do ano. Esta é a previsão otimista de técnicos da área econômica sobre o comportamento financeiro da Previdência Social, sem levar em conta qualquer adicional proporcionado com a criação do novo sistema de seguridade social pela Constituinte. No ministério, porém, a garantia dos técnicos é que a Previdência fechará o ano com as contas devidamente equilibradas e até com um certo superávit. Mas ninguém até agora se dispôs a mostrar qualquer papel com os números das contas mensais da Previdência Social.

Para alguns especialistas do setor, o pronunciamento do presidente Sarney prevendo um rombo imediato superior a Cz\$ 1 trilhão com a criação do sistema de seguridade social não passou de um grande equívoco. Eles admitem que os assessores do presidente chegaram a essa cifra somando todas as despesas do sistema nos próximos dois anos. Mas não reconheceram se o equívoco foi proposital ou não. O documento que o

ministro Renato Archer entregou na semana passada a Sarney com os gastos da seguridade social prevê que no próximo ano haverá um acréscimo de apenas Cz\$ 385,2 bilhões — a preços desse ano — o equivalente a 18% a mais nas despesas globais com benefícios. Isso só para atualizar o valor dos benefícios em manutenção em número de salários mínimos da época da concessão da aposentadoria. E que tudo será devidamente coberto com a transferência do Finsocial para a Previdência, já garantida pela nova Constituição.

Em 1990, segundo o documento do ministro, haverá um acréscimo de 30,80% sobre as despesas globais com benefícios, o equivalente a Cz\$ 647,5 bilhões — a preços também desse ano. Isso para colocar em prática cinco novas melhorias no atual plano de benefícios. Essas despesas adicionais, porém, também já estão com os recursos devidamente garantidos por novas fontes de financiamento aprovadas pela Constituinte, provenientes de alíquotas cobradas sobre o faturamento e o lucro das empresas.

BRASÍLIA — Se não houver solicitação contrária das lideranças partidárias, a Constituinte deverá começar a votar hoje as emendas apresentadas ao projeto aprovado globalmente ontem, sem prejuízo dos seus destaques. Foram destacadas emendas de vários tipos, além daquelas que propõem o restabelecimento do texto original votado no primeiro turno, cuja redação tenha sido alterada pelo relator Bernardo Cabral, modificando o conteúdo.

A votação será efetuada artigo por artigo, na ordem crescente da sua numeração, enquanto o exame das emendas obedecerá ao critério da apresentação dos pedidos de destaque. Será votada em primeiro lugar a emenda mais abrangente e cujo destaque recebeu o número mais baixo no protocolo em relação às demais propostas sobre o mesmo assunto.

As emendas supressivas serão aprovadas pelo voto de, no mínimo, 280 constituintes, quórum difícil de ser alcançado sem acordo

prévio entre as lideranças partidárias. Ao ser rejeitada uma emenda, será apreciada a seguinte sobre a mesma questão. Será permitida a fusão de emendas, artifício bastante utilizado na primeira fase dos trabalhos, o que estará sendo negociado a partir de hoje de manhã, em reunião dos líderes partidários.

Aquelas emendas que restabelecem o texto do primeiro turno serão apreciadas por votação simbólica, sem utilização do painel eletrônico, e poderão ser aprovadas por maioria simples, presentes 280 parlamentares e assegurado o pedido de verificação de quórum pelos líderes dos partidos. As emendas destinadas a corrigir erros, omissões e contradições do texto também serão votadas de forma simbólica, na qual o resultado é verificado visualmente pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. A correção de imperfeições gramaticais será votada juntamente com a redação final do projeto aprovado no segundo turno.

Sarney nega-se a falar da demissão de Archer

Sob um calor de 32 graus (à sombra), acompanhado de sua mulher Marly e autoridades, o presidente José Sarney presidiu ontem a cerimônia comemorativa do início da produção comercial de petróleo na Amazônia. Foi na região de Urucu, município de Coari, a 650 quilômetros de Manaus. O presidente acionou a válvula do poço RUC-6 e logo em seguida foi coletado petróleo em um vidro. Sarney, então, molhou o dedo indicador no óleo e tentou passá-lo não se sabe se na testa ou no nariz de Marly. Porém ela se retraiu, sorridente. Era um momento de descontração naquela festa, onde o presidente passou a maior parte do tempo com expressão séria e tensa.

Para chegar a Urucu, Sarney e comitiva viajaram três horas num pequeno jatinho Lear Jet e depois em helicóptero, pois um vazamento de óleo no sistema hidráulico impediu que o Boeing presidencial decolasse de Brasília. Ao desembarcar, o presidente não quis comentar os rumores de demissão do ministro Renato Archer, da Previdência Social. "Se eu falar sobre isso, vocês não darão outra notícia." E nada fez com que falasse.

Mesmo sobre o comportamento da Constituinte após seu pronunciamento de terça-feira, Sarney foi lacônico: "Ela tem que servir ao País e nós estamos providenciando". Segundo servidores da Petrobrás, o ministro Leonidas Pires, do Exército, tentou falar com o presidente ao telefone. Mas foi impossível interromper a cerimônia em Urucu. Também falhou a tentativa do ministro chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto. Ele telefonou no momento em que o helicóptero decolava com Sarney de volta a Brasília.

CONVIVAS

Viajaram com o presidente o general Bayma Dennis, chefe do Gabinete Militar, o ministro Aure-



Sarney deixa o palco da crise e embarca para Urucu

liano Chaves, das Minas e Energia, e seu médico, dr. Messias, além de Marly. Mas também estiveram na festa o ex-presidente da Petrobrás, Ozires Silva, demitido há cerca de dois meses, assim como o ex-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Paulo Roberto Camarinho. Em Urucu, que inicialmente produzirá três mil barris diários de petróleo, falando a uma platéia de operários para os quais Ozires Sil-

va pretendia que não houvesse congelamento de URP (e por isso foi demitido), Aureliano Chaves chegou a ser incômodo para a Presidência da República. Ao discursar, disse que "a Petrobrás vale pelo que vale sua gente, seus operários, seus dirigentes". Sarney ouviu sério e ao discursar chamou os operários da empresa de "bandeirantes modernos da Amazônia, da tecnologia e do progresso".